

ATENÇÃO COMPARTILHADA E PARTILHA DE EXPERIÊNCIAS NA PRODUÇÃO COLETIVA DE SENTIDOS

Maria Clara de Almeida Carijó¹

RESUMO

Este artigo visa analisar, a partir de uma abordagem enativa, como a atenção compartilhada participa da produção coletiva de sentidos – processo através do qual damos sentido ao mundo através de nossas interações com as pessoas. Tradicionalmente, fenômenos da cognição social como a produção coletiva de sentidos foram investigados a partir de perspectivas cognitivistas, mas, recentemente vêm se tornando objeto, também, de abordagens enativas da cognição. Entretanto, apesar de os estudos enativistas ressaltarem o caráter incorporado da produção coletiva de sentidos, pouco exploram seu caráter experiencial. Através de um exemplo descrito em primeira pessoa, o presente trabalho pretende lançar luz sobre o caráter experiencial da produção coletiva de sentidos, buscando explicitar, mais especificamente, como a atenção compartilhada participa desse processo. Argumenta-se que a atenção compartilhada desempenha papel central na constituição de um plano comum da experiência, a partir do qual sentidos compartilhados são criados. Além disso, defende-se que, na produção coletiva de sentidos, a atenção compartilhada não apenas ilumina um aspecto do mundo antes desconsiderado, mas faz emergir sujeitos e mundos.

PALAVRAS-CHAVE: *Atenção Compartilhada, Produção Coletiva de Sentidos, Cognição Social, Plano Comum da Experiência.*

¹ Doutora em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRJ e Professora Adjunta do Instituto de Psicologia da UFRJ.

JOINT ATTENTION AND SHARED EXPERIENCES IN PARTICIPATORY SENSE-MAKING

ABSTRACT

This paper analyzes, from an enactivist perspective, the role played by joint attention in participatory sense-making (PSM) – the process by which we understand the world by interacting with other people. Social cognition phenomena such as PSM have traditionally been studied within the cognitivist framework, but more recently they have become a focus of enactivist research as well. However, even though enactivists have highlighted the embodied character of PSM, little attention has been paid to its experiential character. By describing a case from the first-person point of view, this paper aims to shed light on the phenomenology of PSM, specifically seeking to make the role played by joint attention explicit. It is argued that joint attention contributes to PSM by constituting a domain of shared experiences on the basis of which shared meanings are created. It is further indicated that joint attention does not only reveal previously unattended features of the world, but also produces subjects and worlds.

KEYWORDS: *Joint Attention, Participatory Sense-Making, Social Cognition, Shared Experience.*

INTRODUÇÃO

O presente texto busca analisar de que modo a atenção compartilhada² participa na produção coletiva de sentidos, evidenciando seu papel na constituição de um plano comum da experiência e no co-engendramento de sujeitos e mundos. O tema da produção de sentidos pode ser abordado tanto em nível individual quanto coletivo. Para cada um desses níveis, encontramos diversas abordagens possíveis, desde teorias cognitivistas como as teorias da mente, até explorações de caráter fenomenológico. Aqui, interessa-nos explorar as perspectivas enativistas e fenomenológicas daquilo que De Jaegher e Di Paolo (2007) chamaram de produção compartilhada de sentido – nossa habilidade de dar sentido ao mundo através de nossas interações com as pessoas.

Gostaríamos de abordar o caráter experiencial desse fenômeno, algo que ainda não foi muito explorado nesse campo de pesquisa. O caráter experiencial da produção de sentido é investigado, principalmente, no nível individual. Nesse nível, porém, perde-se de vista o papel que as contingências situacionais e o encontro com outras pessoas assumem nesse processo. Por outro lado, os estudos da produção compartilhada de sentido enfatizam os principais aspectos interacionais da troca com o outro, mas não investigam a fundo como esse processo de construção de sentido é experimentado pelos participantes – não alcançam seu caráter fenomenal.

Este texto visa, então, investigar de que modo a atenção compartilhada opera nos processos de produção coletiva de sentido. Para isso, traz uma análise do caráter fenomenal desse processo a partir de uma experiência de produção de sentido narrada em primeira pessoa. Deseja-se mostrar que a atenção compartilhada opera produzindo uma experiência comum, ao criar perturbações e sintonia afetiva entre as experiências dos sujeitos envolvidos. Além disso, destaca-se seu papel fundamental não somente na produção coletiva de sentidos, mas também de sujeitos e mundos.

² Neste capítulo, optei por traduzir as expressões *joint attention* e *attention conjointe* por atenção compartilhada, em vez de atenção conjunta. O termo “compartilhada” parece apontar, com mais clareza, para um aspecto importante do fenômeno aqui analisado: a criação, na produção coletiva de sentidos, de um plano comum e partilhado da experiência, que não se resume à mera co-ocorrência ou ao mero agrupamento de experiências individuais que o termo “conjunta” poderia sugerir.

COGNIÇÃO SOCIAL E PRODUÇÃO COLETIVA DE SENTIDO

A produção coletiva de sentido é considerada um tema do campo dos estudos da cognição social. Inicialmente dominado por uma perspectiva cognitivista, esse campo vem sendo ocupado, cada vez mais, por abordagens enativas e fenomenológicas. É o caso, por exemplo, de De Jaegher e Di Paolo (2007), que oferecem uma interpretação dos processos que constituem os fenômenos de cognição social que se pretende uma alternativa às teorias da mente hegemônicas nesse campo. Esses autores recusam explicações cognitivistas e representacionistas que postulam que nossa compreensão dos estados mentais de outras pessoas deve ser mediada ou por uma teoria construída com base em inferências acerca de como o outro pensa, age e sente (teoria da teoria), ou por uma forma de simulação mental que permitiria acessar tais estados (teoria da simulação). De Jaegher e Di Paolo propõem uma maneira muito mais direta de compreender os fenômenos sociais, ancorada na abordagem da enação.

A proposta de De Jaegher e Di Paolo (2007) é partir da noção de interação para compreender fenômenos cognitivos que não se resumem a um nível individual de análise. Os autores buscam definir a noção de interação numa perspectiva consistente com ideias enativistas³. As interações são definidas como processos que se estendem no tempo e que possuem uma rica estrutura, aparente apenas no nível relacional da dinâmica coletiva. Elas são dotadas de estrutura interna própria e assumem papel fundamental na compreensão do outro e do mundo. Assim, os autores defendem as interações como processos emergentes e autônomos:

Apesar dos encontros sociais normais, como uma conversação, poderem durar apenas alguns minutos, nosso argumento é o de que, durante aquele período, eles podem se organizar de acordo com as duas vias de influência que acabamos de descrever: os agentes sustentam o encontro, e o encontro,

³ Em Maturana e Varela (2001) o termo interação é utilizado sem que se apresente uma definição para ele. Ele é empregado, entretanto, para se referir a uma ampla gama de fenômenos, em diversos níveis: desde a interação de um ser vivo com seu ambiente imediato (falam na interação de uma célula com moléculas de seu meio circundante, por exemplo) até o nível de interações (corporais, faciais, perceptivas) que ocorrem entre indivíduos de um grupo social, em seus acoplamentos comportamentais. Para Maturana e Varela, o ser vivo nunca se encontra isolado, estando em contínua interação com seu meio. Quando interações se tornam recorrentes e repetitivas, integrando um processo continuado de perturbações mútuas entre meio e ser vivo, ou entre um ser vivo e outros, ocorre o que os autores chamam de acoplamento estrutural. É importante destacar que, para estes autores, as interações entre meio e organismo vivo nunca são instrutivas, ou seja, não determinam efeitos do meio sobre o indivíduo ou do indivíduo sobre o meio. Elas apenas desencadeiam perturbações, mas as mudanças resultantes dependerão da estrutura atual do sistema perturbado.

ele próprio, influencia os agentes e os investe no papel de interagentes⁴. O processo de interação emerge como uma entidade quando os encontros sociais adquirem essa organização operacionalmente fechada. Ela constitui um nível de análise não redutível, em geral, a comportamentos individuais. Essa perspectiva evita a circularidade que surge de se pré-conceber os indivíduos como interagentes previamente constituídos. Os indivíduos co-emergem como interagentes *na* interação. (DE JAEGER; DI PAOLO, 2007, p. 8, grifo nosso).

Esses autores preocupam-se, especialmente, em oferecer uma interpretação enativa do que se passa nas interações sociais, ou seja, nos encontros face a face que acontecem no cotidiano. Eles não têm a pretensão de oferecer uma análise macrossocial de tais interações. Portanto, o problema de como as sociedades se formam, vivem e se transformam não faz parte de seu escopo de investigação. Desejam esmiuçar tais interações em nível micro, focando na pesquisa de padrões comuns encontrados no mais amplo espectro de interações sociais, não restritas apenas às interações linguísticas e humanas. Os autores analisam apenas interações diádicas, apesar de afirmarem que as propriedades que examinam nestas estendem-se também a interações com mais participantes.

Além da interação, outra noção importante para o trabalho de De Jaegher e Di Paolo é a de produção de sentido. Segundo Colombetti (2014), a abordagem enativa considera que todo sistema vivo é um sistema de produção de sentido (*sense-making system*), uma vez que habita um mundo por ele co-constituído, não de maneira aleatória, mas de acordo com as necessidades e preocupações do organismo. A atividade de produção de sentido é, na verdade, a marca da cognição, aquilo que a caracteriza de modo mais fundamental. O ser vivo, entendido como um sistema autônomo dotado de clausura operacional⁵ e de capacidade de adaptar-se, engendra também uma atividade de produção de sentido, que diz respeito à sua capacidade de avaliar o ambiente em que está situado como mais ou menos favorável à sua continuidade. Como exemplo, a autora cita o caso de bactérias que regulam sua ação pelo modo como “dão sentido” ao seu ambiente, o que toma forma concreta em seu movimento em direção a locais com concentração de açúcar e seu afastamento de substâncias nocivas. Elas avaliam, dessa forma, sua viabilidade em relação àquele ambiente de maneira implícita, em função de sua organização enquanto sistema.

⁴ *Interactors*, no original.

⁵ Refere-se à capacidade dos organismos vivos de, diante de perturbações internas ou externas, manterem invariantes certas relações entre seus componentes, atuando como uma rede fechada de relações (MATURANA; VARELA, 2001).

Assim, mesmo os organismos mais simples regulam sua relação com o mundo, transformando-o em um lugar de saliência, sentido e valor (COLOMBETTI, 2014).

Segundo De Jaegher e Di Paolo (2007), as trocas com o mundo são inerentemente significativas para o conhecedor, e isso é o que marca um sistema cognitivo. Essa dimensão de significância é também o que permite diferenciar encontros meramente físicos de encontros cognitivos. A experiência, noção tão cara à abordagem enativa da cognição, relaciona-se com estar vivo e co-produzindo um mundo com sentido.

Uma característica importante da produção de sentido dentro do referencial teórico da enação é seu caráter ativo. A produção de sentido, assim pensada, se opõe ao processo passivo de recepção de informações do ambiente e sua tradução em representações internas, cujo sentido e importância seriam estabelecidos posteriormente. Para os autores, os seres vivos não representam o mundo formando uma imagem completa dele, mas lhe dão sentido de acordo com o que é passível de lhes afetar, com o que importa para eles (DE JAEGHER; DI PAOLO, 2007).

Mas, esse mecanismo de produção de sentido não precisa ser entendido e definido como um mecanismo cognitivo individual. E isso nos interessa. Afinal, o organismo vivo está sempre inserido em um meio e, no caso dos seres humanos, tal meio é também social. Apesar de reconhecerem os esforços de outros autores na busca de fundamentos nas perspectivas enativas para tratar de problemas de cognição social, De Jaegher e Di Paolo (2007) consideram que ninguém havia dado ainda centralidade à noção de interação para a compreensão dos problemas desse campo. Assim, propõem que a coordenação dinâmica de interações entre dois agentes autônomos é capaz de produzir uma organização autônoma mais ampla, no nível social, que pode, de acordo com a configuração atual de tais interações, produzir graus diversos⁶ de produção compartilhada de sentido. Tal produção é definida como

⁶ Dizer que a produção compartilhada de sentido pode se dar em diversos graus refere-se a certa gradação a que ela está submetida em termos do grau de participação de cada agente em uma interação. Numa interação, dois agentes coordenam suas ações de maneira mais ou menos participativa, mais ou menos sintonizada, com mais ou menos distúrbios. Daí serem possíveis variações de grau na produção de sentido compartilhada: a interação entre dois indivíduos pode ser suficiente apenas para que ocorra uma produção individual e unilateral de sentido, quando um dos agentes coordena sua ação em relação ao outro, mas este não está coordenado ao primeiro de maneira recíproca; ou pode envolver um alto grau de coordenação entre os indivíduos, de modo que ambos influenciam e são influenciados na produção de sentido para determinado contexto.

a coordenação de atividade intencional na interação, pela qual os processos individuais de produção de sentido são afetados e novos domínios de produção de sentido sociais podem ser criados, os quais não estavam disponíveis para cada indivíduo em si mesmo. (DE JAEGHER; DI PAOLO, 2007, p. 497, tradução minha).

Ou seja, a produção compartilhada de sentido é uma forma socializada de produzir sentido para o mundo, de forma que a produção de sentidos realizada por uma pessoa acerca de determinado aspecto de seu ambiente pode ser transformada em função da interação desta com outra pessoa (cuja experiência do mundo também será afetada pela interação com a primeira).

ATENÇÃO COMPARTILHADA E PRODUÇÃO COMPARTILHADA DE SENTIDO

No processo de produção compartilhada de sentido, parece ser crucial que se estabeleça, entre os envolvidos, uma forma especial de atenção: a atenção compartilhada. A noção de atenção compartilhada surge no contexto da psicologia do desenvolvimento e se refere à capacidade de um indivíduo coordenar sua atenção com a de outro, de prestar atenção a determinado objeto a que outra pessoa presta atenção. Segundo Gallagher (2010), a atenção compartilhada contribui para os fenômenos de cognição social: para nossa capacidade de entender as outras pessoas, suas intenções e o sentido de suas ações. De maneira mais específica, defende que a atenção compartilhada é também crucial na produção compartilhada de sentido, ou seja, para nossa habilidade de entender o mundo através de nossas interações com outras pessoas, de co-constituir sentido em diferentes contextos e ambientes com outros. Isso porque, de acordo com Gallagher (2010), a atenção compartilhada é um elemento essencial para que haja coordenação de ações nas interações sociais. Tal coordenação é considerada a base para a produção compartilhada de sentido, e envolve processos cognitivos incorporados e distribuídos.

E como é essa coordenação que ocorre nos processos de interação social? Para responder a tal pergunta, De Jaegher e Di Paolo (2007) tomam emprestados alguns conceitos da teoria dos sistemas dinâmicos. Tal fenômeno diz respeito à coordenação de dois sistemas acoplados, cuja interação é um processo que se estende no tempo e possui uma rica estrutura. A coordenação que se estabelece nos fenômenos de cognição social surge, sustenta-se, modifica-se e é perturbada de acordo com certos aspectos temporais da interação que caracterizam os encontros sociais, e tem

consequências para a produção de sentido tanto em nível individual quanto compartilhado.

Segundo a teoria dos sistemas dinâmicos, uma coordenação é “a correlação não acidental entre os comportamentos de dois ou mais sistemas que estão em um acoplamento sustentado, ou que se acoplaram no passado, ou que estão acoplados a outro sistema comum” (DE JAEGHER; DI PAOLO, 2007, p. 490). Ela nada mais é do que uma coerência no comportamento de sistemas acoplados que não se explica apenas por suas capacidades próprias de ação. Por exemplo, em um estádio de futebol, as ações dos torcedores se coordenam entre si em um acoplamento sustentado, sem que haja, necessariamente, qualquer acordo prévio ou treinamento. Assim, quando em algum ponto da arquibancada inicia-se um movimento de ola, a multidão coordena seus movimentos de maneira coerente, fazendo passar uma espécie de onda humana que circula todo o estádio, mesmo que não haja qualquer combinação prévia. É interessante notar que, dessa perspectiva, não é necessário haver qualquer habilidade cognitiva especial para que uma coordenação se dê. Pelo contrário, ela pode ser alcançada sem que se mobilize qualquer habilidade cognitiva sofisticada, sendo quase impossível de ser evitada. De fato, ela se encontra não somente nos sistemas cognitivos mais complexos, mas em diversos sistemas biológicos e físicos – como, por exemplo, no comportamento de relógios de pêndulo, que, quando dessincronizados entre si, acabam por sincronizar suas oscilações através de uma espécie de coordenação entre as vibrações que cada um provoca em uma parede na qual estejam avizinados.

Gallagher (2010) aponta que diferentes agentes coordenam inconscientemente seus movimentos, gestos e atos de fala nas interações sociais. O autor cita o estudo de Fuchs e De Jaegher (2009), que assinala a ocorrência de coordenação em nossas sequências de percepção e ação na comunicação; no acoplamento de movimentos com mudança de velocidade; no direcionamento de movimentos; na entonação das declarações dos falantes; na sincronização de nossos movimentos em ressonância com os de outras pessoas (seguindo seu comportamento na mesma fase ou com atraso) e na covariação rítmica de gestos, expressões faciais e vocais. Em seu trabalho, Gallagher (2010) destaca o caráter incorporado desses processos e os considera essenciais para evitar versões representacionistas que visam explicá-los:

A compreensão que o bebê tem da outra pessoa não é uma forma de leitura da mente ou mentalização que se volta para os estados mentais do outro

(como sustentado pela teoria da teoria e pela teoria da simulação); ela é muito mais a compreensão perceptiva e afetiva do sentido do comportamento dos outros, tal como manifestado em seus movimentos, posturas, gestos, expressões faciais, entonações vocais, etc. Ela se baseia nesse processo dinâmico de interação e coordenação diádica de agentes incorporados acoplados um ao outro de modos perceptivos e emocionais. (GALLAGHER, 2010, p. 115).

A atenção compartilhada cria condições para a co-construção de um mundo comum, o que a torna um elemento essencial para nossa habilidade de gerar sentido em cooperação com outros agentes. Ela permite que eu acesse o modo como o outro de uma relação diádica experimenta o mundo ao seu redor, indicando que coisas ou objetos valoriza, o que tem impacto direto no modo como eu os percebo e ajo em relação a eles (ver também STERN, 1985). De acordo com Gallagher (2010, p.116), “Como eu percebo o mundo e que saliências eu encontro nele são coisas, em certa medida, colocadas pelos olhares e ações dos outros”.

Apesar de avançarem no estudo da produção compartilhada de sentido ao superarem as concepções representacionistas oferecidas pelas teorias da mente, autores como De Jaegher e Di Paolo (2007) e Gallagher (2010) tendem a debruçar-se sobre situações não orientadas primariamente pela linguagem verbal. Por exemplo, analisam a produção de sentidos em situações como quando duas pessoas observam o estourar de uma manada e co-coordenam suas ações de modo a se afastarem do perigo, ou quando três indivíduos coordenam-se entre si para colocar de pé um cavalo que se encontra deitado, situações que, em geral, não envolvem, ou não precisam envolver, qualquer troca verbal. Entretanto, os autores não examinam circunstâncias como um debate teórico ou a construção de um trabalho acadêmico em parceria.

A consideração de tais casos nos parece importante, uma vez que, muito frequentemente, imagina-se que neles a produção compartilhada de sentido se dá apenas pela via verbal, podendo ser resolvida e negociada através da pura argumentação e contra-argumentação lógica. Nesse caso, a coordenação de ações se resumiria, no máximo, a uma coordenação de proposições. Entretanto, desejando sustentar uma concepção enativa da produção de sentido, é preciso reafirmar que o caráter incorporado do conhecimento não se restringe a situações que não envolvem trocas verbais, e nas quais as pistas do movimento do corpo do outro nos parecem mais evidentes e propícias para darmos sentido ao contexto mais amplo de uma ação conjuntamente executada. Estamos preocupados, também, com a co-construção de sentido em contextos em que há trocas verbais e em que se busca compreender ou

lidar com elementos conceituais. Desejamos mostrar como, mesmo nesse nível, a atenção compartilhada possibilita acessar aspectos dinâmicos da experiência do outro, fazendo-nos entrar em ressonância com ela e permitindo a coordenação e o entrelaçamento entre as experiências dos envolvidos.

O estudo da atenção compartilhada realizado por Yves Citton (2016) complexifica a noção proposta no domínio da psicologia do desenvolvimento, oferecendo outros elementos que nos permitem pensar a produção compartilhada de sentido, possibilitando-nos transitar e compreender a relação entre o que se passa no nível individual e no nível coletivo da produção de sentido. Para Citton (2016), a atenção é um fenômeno essencialmente coletivo. Isso quer dizer que qualquer análise dos regimes atencionais deve partir do coletivo para o individual, uma vez que acredita que aquilo a que prestamos atenção individualmente só é passível de se tornar um objeto para nós porque antes foi objeto de uma atenção coletiva. Afirma, assim, que os regimes atencionais coletivos é que nos conduzem a perceber nosso mundo, sendo o ponto de partida para analisarmos a atenção individual, no sentido de compreendermos como uma pessoa se torna sensível a determinado objeto.

O autor analisa a atenção em três níveis distintos: coletivo, compartilhado e individuante. A atenção coletiva diz respeito ao modo como nossa atenção é estruturada coletivamente em um nível macrossocial. A atenção compartilhada ultrapassa a relação diádica sujeito-objeto para estabelecer uma relação triádica, onde dois sujeitos afetam mutuamente o modo como cada um se relaciona com determinado objeto. Já a atenção individuante diz respeito ao modo como determinados objetos tornam-se foco da atenção de um indivíduo em suas interações com o mundo – levando-se em consideração que a atenção se individua de acordo com certos focos de interesse e relevância que são constituídos a partir dos dois níveis anteriores. A ideia de atenção individuante, e não individual, aponta para o efeito subjetivante da mobilização da atenção nesse nível de análise. A atenção não é, aqui, pensada como um filtro que seleciona os objetos a que um sujeito pré-definido vai se ater, mas como um processo que, ao produzir relevância para certos aspectos do mundo e não outros, incide sobre o próprio processo de constituição da subjetividade.

O que nos interessa, em particular, na posição de Citton (2016) diz respeito a certa sensibilidade que o autor postula como necessária para que a atenção compartilhada aconteça. Assim ele formula: “A co-construção de subjetividades e de competências intelectuais exige a co-presença de corpos atentos compartilhando um

mesmo espaço, no curso de sintonias cognitivas e afetivas infinitesimais, mas decisivas” (CITTON, 2016, p.18). O autor afirma que a atenção compartilhada envolve um sentimento partilhado de uma co-presença *sensível às variações afetivas* dos indivíduos implicados. Isso é reforçado, inclusive, por um dos três fenômenos que, segundo Citton, caracterizam a atenção compartilhada: além do princípio de reciprocidade, que se refere à possibilidade de a atenção circular de modo bidirecional entre as partes envolvidas (mesmo que não implique em uma relação de igualdade e homogeneidade), e das práticas de improvisação, que se referem à necessidade de sair de rotinas programadas para que seja possível estar atento em relação à atenção do outro, Citton indica também o esforço de sintonia afetiva. Este esforço corresponde a um trabalho incessante de ajustamento recíproco que é o que permite estar verdadeiramente atento ao outro. Essa sintonia afetiva adquire concretude através de micro-gestos de encorajamento, simpatia, prevenção, precaução, reconforto, que garantem a manutenção de uma boa ressonância afetiva entre os participantes. Afirma que “[...] é preciso começar por estabelecer e, sobretudo, manter a ligação que permite aos participantes do diálogo permanecerem no mesmo comprimento de onda emocional” (CITTON, 2016, p. 87). Esse esforço é considerado mais determinante para o desenvolvimento da troca entre dois sujeitos do que a razão argumentativa.

A ideia de que a atenção compartilhada envolve uma capacidade de estar atento a índices afetivos do outro também está presente em Tomasello (1995), que afirma que a coordenação da atenção – que na atenção compartilhada ocorre, simultaneamente, tanto em relação ao outro quanto em relação ao objeto – é primariamente motora e afetiva, sendo uma coordenação de movimento e afeto. Assim, envolve a percepção de intenções e disposições nos comportamentos incorporados, apesar da dimensão interior da experiência e dos afetos.

Vemos, desta forma, que a compreensão do que o outro faz e a construção conjunta de sentidos não têm como fundamento representações, mas a compreensão incorporada do outro, dinâmica e atual, proporcionada não pela posse de uma teoria nem pela mera troca verbal, mas principalmente por uma atenção compartilhada. Torna-se evidente que, para melhor compreender processos de construção de sentido compartilhados, é preciso que nos voltemos para a experiência concreta e encarnada dos sujeitos que deles participam. No entanto, as abordagens enativas da cognição social e, mais especificamente, da produção compartilhada de sentido, ainda oferecem

uma descrição para esses processos sem considerar o domínio da experiência. A falta de uma descrição fenomenológica da experiência é reconhecida por De Jaegher e Di Paolo (2007), evidenciando a necessidade de abordagens de primeira e segunda pessoa que possam complementar os estudos em terceira pessoa dos fenômenos de produção compartilhada de sentido.

O domínio experiencial da produção de sentido é, na verdade, um campo de difícil acesso e descrição, principalmente quando se considera o caráter incorporado da cognição, tal como propõe a abordagem da enação. Apesar disso, alguns estudiosos têm se voltado para essa tarefa, iluminando aspectos experienciais complexos da incessante produção de sentido que caracteriza nossa cognição. Embora tal experiência não tenha sido pensada dentro do contexto maior da produção compartilhada de sentido, acreditamos que uma incursão nesses estudos pode nos ajudar a esclarecê-la ou, pelo menos, indicar questões importantes para futuras pesquisas nesse campo.

EXPERIÊNCIA INTUITIVA E PRODUÇÃO DE SENTIDO

Em trabalho anterior, explorei alguns aspectos da experiência de criação de sentido no pensamento e na aprendizagem, circunscrevendo-os, porém, às suas ocorrências individuais. Meu objetivo principal era investigar a participação de certa dimensão de nossa experiência vivida, ou dimensão intuitiva da cognição, nos processos de pensamento e aprendizagem. Assim, defendi a ideia de que, para além de uma dimensão de raciocínio lógico, verbal e analítico, o pensamento e a aprendizagem são atravessados também por um nível incorporado e pré-refletido de nossa experiência vivida, cuja importância busquei enfatizar, evidenciando seu papel central na condução de tais processos cognitivos (Carijó, 2016).

Considerando o pensamento e a aprendizagem como atividades criadoras, e não reprodutivas, tive que lidar com o modo como novos sentidos se produzem e são experienciados pelo sujeito cognoscente, assim como com a questão do seu desenvolvimento e clarificação e de sua tradução em formas compartilháveis. Assim, trabalhei com a ideia de que um pensamento ou uma ideia raramente se apresentam de forma completa e evidente para o sujeito, mas como uma espécie de sentido incorporado e exigente que se transforma e desenvolve no tempo.

Busquei referências para investigar a criação de sentido do ponto de vista experiencial no trabalho de Claire Petitmengin – pesquisadora francesa cujo trabalho de doutorado sobre a experiência intuitiva foi orientado por Francisco Varela – e Eugene Gendlin – filósofo e psicoterapeuta americano engajado no estudo da experiência subjetiva e da criação de sentido, interessado nos aspectos vividos e corporalmente sentidos da experiência. Petitmengin (2001) investigou o caráter fenomenal daquilo que denominou experiência intuitiva através de métodos de pesquisa de segunda pessoa, mais especificamente da entrevista de explicitação desenvolvida por Pierre Vermersch (1994). Gendlin (1997) baseia-se, principalmente, em sua vasta experiência como psicoterapeuta, a partir da qual muitas das questões que investiga em seus escritos foram levantadas e aprofundadas. Ambos abordaram a forma experiencial através da qual um sujeito lida com o surgimento e a criação de novos sentidos, desde seu aparecimento em uma forma incorporada e difícil de ser descrita ou compartilhada verbalmente.

Para Petitmengin (2001, 2007), a dimensão intuitiva da cognição desempenha um papel essencial no processo de emergência de todo pensamento e compreensão, o que a levou a batizá-la como “dimensão fonte dos pensamentos” (PETITMENGIN, 2007). Isso significa que a dimensão intuitiva da experiência possui uma relação genética com outras dimensões mais “superficiais”, já que parece estar no início do processo de diferenciação de nossas memórias, percepções e ideias. Nesse sentido, a autora afirma certa anterioridade da dimensão fonte em relação a outras dimensões cognitivas. Porém, isso não significa que a dimensão fonte é apenas um ponto de partida para os processos cognitivos, sendo, em seguida, “desativada” quando entram em ação processos cognitivos ditos superiores. Mesmo em atividades altamente intelectuais, a dimensão fonte participa constantemente, sendo a base sensível que permite que o pensamento se desenvolva e tome forma.

Gendlin (1997), por sua vez, também se volta para aspectos semelhantes da experiência vivida, conceituando e descrevendo-a ampla e detalhadamente. Ele afirma que há uma dimensão experiencial do conhecimento, a qual é diretamente sentida. Com isso, o autor marca um uso particular do termo experiência, caracterizando-a como o fluxo contínuo e concreto de sentimento a que estamos sujeitos o tempo todo. Prefere, inclusive, utilizar o verbo substantivado “o experienciar” para se referir a ela,

uma vez que este carrega consigo a conotação do movimento, do processo, do fluxo característico dessa dimensão do conhecimento.

Segundo o autor, o sentido não é algo que se restringe a uma relação objetiva e formal entre símbolos verbais, ou entre símbolos e coisas, ou ainda entre símbolos e percepções. Para além dessa relação, o sentido possui outra dimensão, que diz respeito à nossa experiência dele. Ou seja, quando falamos, lemos ou pensamos, um sentido é experienciado, é sentido, para além de sua relação estreita com um símbolo que o represente. Entretanto, geralmente só nos damos conta dessa dimensão quando nos faltam palavras ou outros referentes que possam simbolizá-la adequadamente: damos-nos conta de que estamos experimentando intensamente aquele sentido e colocamo-nos a rodeá-lo, buscando expressá-lo por gestos de mãos, ou através de exemplos, ou pela invenção de metáforas, etc. É o que acontece, por exemplo, no clássico exemplo da palavra na ponta da língua de William James (1950 – original publicado em 1890), que se refere à nossa experiência de não conseguirmos nos lembrar de uma palavra, embora tenhamos a sensação de que ela está “na ponta da língua”. Nesta situação, experimentamos uma espécie de vazio intensamente ativo e, ao mesmo tempo, um sentido de direção muito específico, que nos faz recusar qualquer palavra que não aquela procurada, mesmo uma de sentido muito próximo. James fala em um sentimento de ausência que, no entanto, não é uma ausência de sentimento. Até mesmo “o ritmo de uma palavra pode estar lá sem um som para vesti-lo” (JAMES, 1950, p. 252, tradução minha).

Este “vazio” apontado por James nos ajuda a compreender uma noção central do trabalho de Gendlin, explorada também por Petitmengin (2001, 2007), à qual o autor se refere como um *felt meaning*. Para Gendlin (1997), a dimensão experienciada de sentido se concretiza na forma de *felt meanings*. Eles são como a “carne” dessa dimensão. Só podemos entender um conceito, por exemplo, se tivermos o seu *felt meaning*. Ele é parte essencial de todo ato cognitivo e de nosso pensamento. No pensamento, um conceito não envolve apenas um padrão lógico e suas implicações em determinado momento, ele envolve também a experiência “sentida” de sentido. O *felt meaning* é capaz de englobar uma complexidade de considerações que podem ser resumidas por termos como “isso” ou “aquilo”.

A dimensão sentida da experiência de Gendlin é correlata à dimensão intuitiva que investiguei, que se refere àquilo que “queremos dizer” ou que “sentimos” internamente em um dado momento, que raramente se nos apresenta sob a forma de

símbolos verbais ou imagens visuais explícitas. Aprender algo, por exemplo, envolve estar em contato com sentidos desse tipo. O surgimento de uma ideia é sempre marcado por um *felt meaning*, que pode sofrer um processo de tradução até que a ideia se torne exprimível. Essa posição está de acordo também com a posição de Petitmengin (2001, 2007), que argumenta que uma das características mais marcantes de uma experiência intuitiva é seu aparecimento inicial na forma de uma sensação vaga e indistinta. Entretanto, isso não quer dizer que os *felt meanings* não possuam especificidade; ao contrário, como fica claro no exemplo de James, ele possui uma forte especificidade, mesmo que não possua nitidez. Em tal exemplo, quando encontramos a palavra que parece estar “na ponta da língua”, ela parece se ajustar perfeitamente ao “vazio” que descrevemos acima, que é sentido mesmo como se fosse seu molde.

Podemos, assim, resumir as principais características dessa ordem pré-conceitual da experiência da seguinte forma. Em primeiro lugar, ela é concreta, correspondendo, portanto, a uma massa aperceptiva sentida para a qual podemos direcionar nossa atenção internamente. É um “isso” ou “esse jeito como me sinto”. A dimensão do experienciar não pode ser equacionada a definições ou esquemas lógicos, pois esses representam algo, mas, em si, não *são* algo. Ela é aquilo que “estamos”, que “queremos dizer” ou que “sentimos” internamente em um dado momento, que raramente se nos apresenta sob a forma de símbolos verbais ou imagens visuais explícitas.

Quanto ao sentido, Gendlin (1997) afirma que ele não se localiza no experienciar, nem na lógica, mas resulta da interação entre um *felt meaning* e algo que assuma a função de um símbolo. Símbolos, para o autor, podem ser palavras, coisas, situações, eventos, comportamentos, interações interpessoais, etc. Afirma, assim, que o sentido depende da interação entre símbolos e *felt meanings*: sem os primeiros, os *felt meanings* são incompletos, não podem existir como sentidos completos em si, embora, ainda assim, existam como sentidos pré-conceituais. Gendlin afirma que são, então, sentidos implícitos, pois não são completos e formados. As diferentes formas de interação entre *felt meanings* e símbolos resultam em diferentes tipos de experiência. Assim, para o autor, há uma incontornável ligação entre símbolos e *felt meanings*, fundamental para criarmos sentido para nossas experiências. Desta forma, Gendlin (1997) defende que o pensamento nunca pode ser explicado exclusivamente

com base em associações lógicas e esquemas analíticos. Ele sempre envolve experiência, resultando de uma relação funcional entre símbolos e o experienciar.

PRODUÇÃO COMPARTILHADA DE SENTIDO NA EXPERIÊNCIA DE PRODUÇÃO DE UM TEXTO

Na produção compartilhada de sentido, de algum modo, experiências de produção de sentido individuais como as descritas acima precisam ser capazes de afetar e de serem afetadas pelo encontro com outra pessoa. Desejo sustentar que a atenção compartilhada é o processo que nos permite constituir uma experiência comum, onde múltiplas afetações das experiências individuais podem se produzir. Tomemos um exemplo real, proveniente de uma experiência de auto-observação. Ao começar a escrever o presente texto, uma série de ideias pareciam se misturar em meu pensamento. Elas envolviam certos conhecimentos relacionados às leituras sobre a produção compartilhada de sentido, sobre o fenômeno da atenção compartilhada e também derivavam de questões que haviam ficado em aberto em trabalhos e leituras anteriores. Eram como nuvens de ideias, que de algum modo pareciam se atravessar e se relacionar, mas ainda sem clareza. Como eu poderia relacioná-las? Em que ponto elas convergiam? Essas questões pairavam, enquanto eu me esforçava para dar sentido a essa experiência. Ela continha vários elementos incorporados, cada ideia tinha um *felt meaning* que lhe era próprio e, ao mesmo tempo, havia um *felt meaning* de que elas se relacionavam. A cada vez que eu tentava aproximá-las, meu corpo era tomado por tensões. Quando parecia estar próxima de alguma boa articulação, sentia sensações no estômago. Eram evidentes o aspecto encarnado de meu pensamento e o caráter fluido e oscilante de minha atividade de construção de sentido.

Quando consideramos apenas o nível individual da produção de sentido, vemos que é necessário certo esforço para que se produza alguma compreensão, acompanhado de um tipo de atenção a si que possui características muito peculiares. Segundo Petitmengin (2001, 2007), essa atenção deve ser aberta, desinteressada, receptiva, de modo que possa acessar a dimensão intuitiva da experiência – dimensão essa que é, geralmente, pré-consciente e pré-verbal (ver CARIJÓ, 2016).

Entretanto, quando entramos no campo da produção compartilhada de sentido, uma nova configuração se faz presente. Em uma situação social, a atenção a si, embora aberta e receptiva ao que lhe chega, parece não dar conta de explicar, por si

só, como somos afetados por nossos pares na construção coletiva de sentido. Para que isso seja possível, é preciso dar conta de um novo e mais amplo nível de análise, o de nossas trocas com outras pessoas, que envolve a atenção compartilhada. Voltemos a nosso exemplo para tentarmos iluminar o que então se passa.

Uma vez que eu havia conseguido dar os primeiros passos e esboçar meu texto, fui abordada por um colega a respeito do que eu estava escrevendo. Obviamente, tive muita dificuldade de explicar de uma só vez. Ao explicar para ele, experimentava várias sensações diferentes, enquanto tentava me agarrar ao fio que conduzia minhas ideias. No momento, não havia me dado conta de que o que estava acontecendo naquela conversa era justamente um exemplo do problema do qual eu queria tratar no meu texto. Na verdade, só muito tempo depois percebi que aquela era uma situação de produção compartilhada de sentido. No momento em que a conversa ocorria, eu estava preocupada demais em dar coerência ao que pensava ser meu plano de trabalho. Não reparei, senão depois de algum tempo, que enquanto eu compartilhava minhas ideias com meu interlocutor, ele não apenas me interrompia para fazer algumas colocações, mas também me dava indicações de como ele as estava experimentando: mudava de posição em sua cadeira, afastava-se em relação a mim, mudava suas expressões faciais em uma temporalidade lenta e um tanto quanto incômoda para mim naquele momento. A cada vez que isso acontecia, entretanto, parecia que ele era capaz de iluminar algo sobre meu trabalho que eu ainda não havia percebido. É certo que isso também ocorria em um nível verbal: ele apontava contradições, indicava falta de clareza em algumas formulações, etc. Mas, para além disso, também o fazia pelo modo como nossa conversa ia afetando seu corpo, sua postura, seus micro-gestos. Certamente, ele também não conseguia ver com nitidez ou me explicar o que lhe causava tais reações em relação a algumas questões que discutíamos. Aqueles índices corporais me davam pistas não só de como ele estava recebendo meu trabalho, mas também clarificavam certos aspectos das próprias ideias que eu estava desenvolvendo. O que eu dizia para provocar nele aquelas reações? Certos argumentos, certas ideias, foram então sendo reavaliados e reconfigurados, a partir da percepção que tive do modo como foram recebidos pelo meu interlocutor.

Tudo se passou dentro de poucos minutos e modificou muito a proposta inicial que eu tinha para meu texto. É evidente, para mim, que eu e meu colega estávamos engajados em uma atividade de produção compartilhada de sentido, em que, a partir

de uma interação coordenada, dávamos sentido juntos para certo objeto do mundo (o texto que eu queria escrever). Meu colega, com suas palavras, mas também com seu corpo, alterava meu modo de dar sentido àquilo que eu estava em curso de lhe contar. Do mesmo modo, minhas respostas também modificavam o que ele estava apreendendo de nossa discussão. Ambos saímos modificados de nossa conversa.

Vários elementos do que apresentei ao longo do presente texto podem ser observados no exemplo que acabo de relatar. Inicialmente, relatei o processo de formação de minha ideia, como ela era percebida por mim e como eu tentava produzir sentido para ela em um nível que, poderíamos dizer, era individual.⁷ Descrevi as sensações corporais que a acompanhavam, a impressão de que eu tinha em mente um conjunto de ideias que se interconectavam e meu esforço para dar mais clareza a elas. Em seguida, relatei como eu e meu colega, discutindo o texto que eu escrevia, modificamos o processo de produção de sentido que vinha se desenvolvendo, até então, em nível individual. Estabelecemos uma coordenação entre nossas ações, que podia ser observada pelo modo como intercalávamos nossas falas, pelas pausas que fazíamos enquanto falávamos ou enquanto tentávamos nos entender acerca de algum ponto, pelo ritmo de cada uma de nossas falas, pelos modos como nossos microgestos criavam efeitos uns sobre os outros. E essa coordenação só foi possível dado o modo atencional em que nos encontrávamos imersos: o da atenção compartilhada.

Como vimos, Citton (2016) e Tomasello (1995) destacam que, na atenção compartilhada, há uma sintonia afetiva e motora. Embora, no calor da discussão, parecesse que nosso foco atencional era apenas o texto que discutíamos, a retomada *a posteriori* de nosso encontro revela o quanto estávamos atentos aos mais discretos índices afetivos e motores um do outro. Como mostra De Jaegher e Di Paolo (2007), esses índices eram diretamente percebidos em nossa interação pelo modo como coordenávamos nossas ações, e eram indicativos não somente de algo sobre o meu interlocutor, mas também sobre meu texto. Se meu colega me atropelasse enquanto eu apresentava um argumento, eu não apenas estranhava sua impaciência, mas via que meu argumento estava claramente insuficiente em determinado ponto (o da interrupção), de modo que meu interlocutor imediatamente colocava um problema para mim. Do mesmo modo, as pausas mais breves ou mais longas em nossas falas

⁷ Note-se que, mesmo no nível individual, poderíamos argumentar que esse processo já era, de algum modo, também coletivo, no sentido de que já era afetado por discussões anteriores que tive com colegas e em grupos de estudos, pela leitura de textos de outros autores, por minha antecipação daqueles que leriam o meu texto, etc.

modificavam o contorno temporal de nossa interação e eram mais significativas. Era preciso que estivéssemos atentos a todos esses elementos para que não perdêssemos o caráter conjunto de construção de sentido que iniciáramos. O papel da atenção compartilhada ficou claro nesse processo.

O exemplo parece deixar claro, também, que a atenção compartilhada serve como uma ponte que mantém conectados, o tempo todo, os processos individuais e conjuntos de produção de sentido. Embora eu não tenha tido acesso ao que se passava na experiência de meu colega, pude observar com clareza os efeitos da produção compartilhada de sentido na produção de sentido individual da qual eu parti. Se é preciso, segundo Petitmengin (2001, 2007), haver uma atenção a si, porém ao mesmo tempo aberta, para desenvolvermos uma ideia que ainda está em estado intuitivo, é evidente o quanto essa abertura, ao encontrar um outro que se coloca como um par na construção de sentido, produz efeitos para esse desenvolvimento. Talvez a análise da experiência evidencie que há este outro atributo na atenção compartilhada: além de se voltar simultaneamente para o outro e para o objeto, ela se volta também para o próprio sujeito, para o modo como ele produz sentido para uma experiência em dado momento. A atenção ao outro evidencia algo que se passa também em mim: quando meu colega me aponta uma nova questão, ou me oferece uma nova perspectiva sobre o problema que eu estou discutindo – lembrando, sempre, que ele o faz não somente em nível verbal, mas também incorporado – não é apenas uma modificação do objeto que ocorre, ou uma nova perspectiva dele que me é revelada, enquanto um elemento externo da tríade eu-outro-objeto; há, em mim, em meu pensamento, que é incorporado, uma grande mobilização. Novas sensações me atravessam, novos *insights* se apresentam; o *felt meaning* de uma ideia se transforma, mexe com meu corpo; iluminam-se pontos antes obscurecidos. Isso ocorre mesmo quando há discordância acerca de um ponto: se meu colega aponta algo que acredita ser uma inconsistência, ou se o faz através de uma expressão facial ou de gestos enquanto eu falo, a atenção que coloco nele parece rebater-se imediatamente em mim, e algum elemento novo emerge em minha experiência, fornecendo novos caminhos para explicar melhor aquilo que desejo defender. A atenção compartilhada permite, assim, que o outro crie novas saliências, novas possibilidades de sentido, tornando-me sensível a novos aspectos no mundo e em minha própria experiência.

PRODUÇÃO DE SENTIDOS COMO PRODUÇÃO COLETIVA DE SUJEITOS E MUNDOS

O estudo da produção compartilhada de sentido, inicialmente limitado a um domínio cognitivista de investigação, vem despertando o interesse de pesquisadores que concebem a cognição a partir de uma abordagem enativista (DE JAEGHER e DI PAOLO, 2007; FUCHS e DE JAEGHER, 2009; GALLAGHER, 2010). Amplia-se, assim, sua compreensão para além de modelos representacionistas. A cognição humana ganha um corpo que se move e que estabelece uma relação de co-engendramento com seu mundo, e é a partir desse quadro que passa a ser compreendida a produção de sentidos em nível coletivo e compartilhado.

Na concepção enativista de produção compartilhada de sentido, a atenção compartilhada assume papel central, não por ser um processo que me permite “ler” a mente de meu interlocutor, mas por possibilitar que minha ação se coordene com a de meus pares em uma situação de interação. No entanto, os estudos de tal campo partem, majoritariamente, de observações em terceira pessoa, deixando escapar o caráter experiencial do fenômeno. Partindo dessa constatação, propus uma aproximação da experiência de produção compartilhada de sentido, empreendendo sua descrição em primeira pessoa.

A análise da produção compartilhada de sentido em nível experiencial revelou que a atenção compartilhada faz muito mais do que produzir a coordenação de ações motoras entre dois agentes. Ela conecta as experiências dos sujeitos envolvidos em sua dimensão pré-conceitual e afetiva, permitindo a partilha do que se passa nesse nível da experiência. A atenção compartilhada agencia sujeitos, criando condições para que habitem um mundo comum – mundo de sintonias e ressonâncias afetivas que permite a mútua afetação entre eles.

Assim, a atenção compartilhada não apenas indica a direção tomada pela atenção do outro, ou o objeto a que ele presta atenção. Não apenas ilumina um aspecto do mundo que antes eu não considerava – ela faz emergir um mundo. Na relação triádica eu-outro-mundo que caracteriza esse modo de atenção, não é só a relação de cada sujeito com determinado aspecto do mundo que se transforma. Eu percebo o outro e me dou conta de aspectos de minha experiência no encontro com ele. Nesse processo, nós damos sentido a um mundo coletivamente, o que implica, por sua vez, em compromissos e transformações na experiência de cada um. Não se trata, portanto, apenas de sentidos novos que surgem no mundo como resultante da interação entre

dois indivíduos, mas de sentidos que, ao serem produzidos de maneira compartilhada, reconfiguram o mundo e os sujeitos que ativamente se engajam em sua produção. A produção coletiva de sentidos é, em última instância, produção coletiva de sujeitos e mundos.

Sobre o artigo

Recebido: 11/08/2018

Aceito: 30/10/2018

REFERÊNCIAS

- CARIJÓ, M.C.A. **A dimensão intuitiva do pensamento e da aprendizagem**. 2016. 172f. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- CITTON, Y. **The ecology of attention**. Malden: Polity Press, 2016.
- COLOMBETTI, G. **The feeling body: affective science meets the enactive mind**. Cambridge: The MIT Press, 2014.
- DE JAEGHER, H.; DI PAOLO, E. Participatory sense-making: an enactive approach to social cognition. **Phenomenology and the Cognitive Sciences**, v. 6, p. 485-507, 2007.
- FUCHS, T.; DE JAEGHER, H. Enactive intersubjectivity: participatory sense-making and mutual incorporation. **Phenomenology and the Cognitive Sciences**, v. 8, p. 465-486, 2009.
- GALLAGHER, S. Joint attention, joint action, and participatory sense making. **Alter: Revue de Phénoménologie**, v. 18, p. 111-124, 2010.
- GENDLIN, E. **Experiencing and the creation of meaning**. Evanston: Northwestern University Press, 1997.
- JAMES, W. **The Principles of Psychology**. New York: Dover, 1950. Trabalho original publicado em 1890.
- MATURANA, H.R.; VARELA, F. J. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana**. São Paulo: Palas Athena, 2001.
- PETITMENGIN, C. **L'expérience intuitive**. Paris: L'Harmattan, 2001.
- _____. Towards the source of thoughts: The gestural and transmodal dimension of lived experience. **Journal of Consciousness Studies**, v. 14, n. 3, p. 54-82, 2007.
- STERN, D. **The interpersonal world of the infant: a view from psychoanalysis and developmental psychology**. New York: Basic Books, 1985.
- TOMASELLO, M. Joint attention as social cognition. In: MOORE, C.; DUNHAM, P. J. (Eds.). **Joint attention: its origin and role in development**. Hillsdale: Lawrence Erlbaum, 1995, p. 103-130.
- VERMERSCH, P. **L'entretien déexplicitation**. Issy-les-Moulineaux: ESF Éditeur, 1994.